



PARECER Nº 157/2019- MPC/RR

Processo nº 002339/2018

Assunto: Registro de Ato de Concessão de Aposentadoria por Invalidez

Órgão: Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER

Responsável: Carlos Alexandre Praia Rodrigues de Carvalho – Presidente do IPER

Conselheiro Relator: Manoel Dantas Dias

Interessada: Raquel Marques Florêncio

EMENTA – REGISTRO DE ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ASPECTOS LEGAIS E FORMAIS ATENDIDOS. PELO REGISTRO.

Tratam os presentes autos, de apreciação e exame de legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de **aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais**, em favor da ex-servidora **Raquel Marques Florêncio**, Auxiliar de Enfermagem, Padrão 6, Referência D, Matrícula nº 40002893, do quadro de pessoal do Governo do Estado de Roraima.

A relatoria do presente feito coube ao Conselheiro Manoel Dantas Dias.

Após instrução, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para a necessária e conclusiva manifestação.

É o breve o relato.

O inciso III do art. 71 da Constituição Federal reza que compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório. Em razão do disposto no art. 75 do referido diploma, a competência para apreciação dos atos de concessão de aposentadoria no âmbito



estadual recai sobre as respectivas Corte de Contas Estaduais. No âmbito dessa Casa, a regulamentação do comando constitucional encontra-se contida no art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94, art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

A equipe técnica do TCERR, após desenvolver suas atividades de praxe, concluiu pela concessão do registro (ep. 0212125 e ep. 0224763).

Analisando os autos, não há dúvida quanto à presença dos requisitos legais e formais necessários para a concessão do benefício previdenciário objeto dos autos, merecendo ser aceito o seu registro nos anais da Administração. Destarte, este órgão ministerial, em consonância com o posicionamento da equipe técnica do TCERR, conclui pela legalidade do ato da concessão de aposentadoria por invalidez e opina pelo seu registro.

Ante o exposto, este órgão ministerial opina pelo registro do ato de concessão de **aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais**, em favor da ex-servidora **Raquel Marques Florêncio**, Auxiliar de Enfermagem, Padrão 6, Referência D, Matrícula nº 40002893, com base nos arts. 40 e 71, inciso III da Constituição Federal, c/c art. 42, inciso II, da Lei Complementar 006/94, IN-TCE/RR Nº 002/1997 e IN-TCE/RR Nº 002/2015-PLENO.

É o parecer.

Boa Vista, 07 de maio de 2019.

Bismarck Dias de Azevedo
Procurador de Contas